

A importância do registro de políticas para acervos esportivos: uma experiência

The importance of the registration of sporting collections policies: an experience

Silvana Vilodre Goellner *

Christiane Garcia Macedo **

Resumo: Este texto tem como objetivo descrever a experiência de elaboração de um documento de políticas de acervo de um centro de memória localizado em uma universidade pública, bem como suas primeiras ações de implementação no período de meados de 2012 a maio de 2019. Descreve as etapas de construção do documento até a sua publicação, com destaque para os processos de aquisição e descarte, manejo, organização, preservação/conservação e divulgação desse acervo. O registro de política teve como motivação orientar escolhas, dar transparência e respaldo aos processos decisórios de um dos lugares de memória que tem como foco acervos esportivos.

Palavras-chave: Política de acervo. Preservação. Centro de Memória. Esporte.

Abstract: This text aims to report the experience of preparing a collection policy document for a memory center located in a public university, as well as its first implementation actions. Including the period from mid 2012 to May 2019. It describes the stages of construction of the document until its publication, with emphasis on the processes of acquisition and disposal, handling, organization, preservation/conservation and dissemination of this collection. The policy record was motivated to guide choices, provide transparency and support to decision-making processes in a place of memory that focuses on sporting collections.

Key-words: Collection policy. Preservation. Memory Center. Sport.

INTRODUÇÃO

* Bolsista de produtividade CNPQ D1. Licenciada em Educação Física pela UFSM, mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS, doutora em Educação pela UNICAMP e pós-doutorado pela Faculdade do Desporto da Universidade do Porto (Portugal). Professora aposentada da UFRGS. Foi coordenadora do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS (03/2000 a 05/2019). É vice coordenadora do GRECCO - Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História e Coordenadora, juntamente com David Wood (Inglaterra) e Verónica Moreira (Argentina) da Rede de Pesquisa sobre Futebol de Mulheres na América Latina. Escreve para a coluna As Mulheres do Futebol no portal Ludopédio. Tem experiência na área de educação física, com ênfase em história e gênero com destaque para temas como história do corpo, da educação física e dos esportes, gênero e sexualidade, mulheres e esporte, documentação, informação e memória. E-mail: vilodre@gmail.com

** Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (2007), mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012 e 2017). Atualmente é professora adjunta do Colegiado de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco, atuando principalmente nos seguintes temas: história, educação física, memória, gênero e centros de memória. Integra o LECCORPO - Laboratório de Estudos sobre Cultura e Corpo. E-mail: christiane.macedo@univasf.edu.br

Esquecimento e lembrança são atos que atravessam nossas memórias e histórias. Só lembramos porque esquecemos e essa interligação se faz presente também nos “lugares de memória” (NORA, 1993), entendidos aqui como instituições que exercem a função de “coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em suportes materiais diversos” (VON SIMSON, 2000, p. 65). O que preservar e o que esquecer revela-se um dos grandes desafios dos lugares de memórias, cujas escolhas são determinantes para que consigam criar e tratar adequadamente seus acervos.

Um instrumento que ajuda a operacionalizar todos os processos implementados no seu fazer cotidiano é o documento que explicita a sua política de acervos, compreendido como a oficialização, por meio de um registro escrito, de critérios para aquisição, planejamento, gerência e desenvolvimento de coleções (PADILHA, 2014). Além desses tópicos, este mesmo documento detalha a missão, o comprometimento institucional, a singularidade do acervo, sua importância científica e cultural e o valor permanente das coleções (PINHEIRO, 2009). Considerando sua relevância, é importante que os lugares de memória descrevam sua política de acervos que, apesar dos focos e formatos diferentes, são comuns à prática institucional de arquivos, museus e centros de documentação e de memória.

Considerando a relevância desse documento, o presente texto¹ descreve a experiência de produção da política de acervos de um dos lugares de memória que abriga acervos esportivos: o Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996-2019). Também apontamos de modo sucinto as primeiras ações realizadas para implementação dessa política, compreendendo o período de meados de 2012 (quando o documento começa a ser discutido) até maio de 2019 (quando a equipe coordenadora do CEME se altera).

O processo de construção do documento de políticas de acervo

O CEME foi fundado em 1996, com a missão de reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Rio Grande do Sul e no Brasil tendo como base o entendimento da memória como uma construção social que participa dos processos de construção das identidades (MENESES, 1999) e que se constitui por

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentado no XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, em Campinas, 2016. Para mais informações, consultar: <<https://www.fef.unicamp.br/feff/chelef2016/anais.>>

narrativas e registros sobre/do passado. Esses objetivos foram formulados a partir da compreensão de que, como outros lugares da memória, traduz-se em um espaço de produção cultural. Nesse sentido, seu acervo é entendido como um dos elementos fundantes do seu papel pedagógico na medida em que, a partir dele, são elaborados seus programas educativos bem como sua política de documentação, que está voltada, prioritariamente, para a socialização de seu acervo por meio da produção acadêmica, da organização de eventos e exposições e do uso das tecnologias de comunicação e informação.

Seu acervo contempla mais de 20 mil itens identificados a partir de cinco formatos específicos: a) audiovisual, que comporta vídeos e materiais sonoros (filmes, *slides*, videoconferências); b) depoimentos, que reúne entrevistas realizadas pela equipe da instituição, assim como entrevistas de rádios, *jingles*, músicas; c) documental, com materiais diversos, como documentos oficiais, periódicos, correspondências, material de pedagógicos e de divulgação, entre outros; d) iconográfico, composto por fotografias, desenhos, cartazes, pinturas, *banners*, adesivos; e) tridimensional, que agrega objetos como vestuários, medalhas, troféus, pastas, flâmulas, materiais esportivos, entre outros tantos. Esse conjunto documental está distribuído em nove coleções, as quais descreveremos posteriormente.

Dentre as várias ações implementadas pelo CEME, destaca-se a criação do projeto Garimpendo Memórias² e da subcomunidade CEME³ no LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁴.

O Garimpendo Memórias⁵ se efetiva por meio da realização de entrevistas, as quais são transformadas em documento escrito e disponibilizadas para consulta. Fundamentado no aporte teórico-metodológico da História Oral (ALBERTI, 1989; FERREIRA, 2002; PORTELLI, 1997), o projeto está direcionado para a coleta de narrativas de pessoas que atuaram e atuam na estruturação e na legitimação das práticas corporais e esportivas. Desenvolvido desde 2002, tem como objetivo valorizar a oralidade, reconhecendo sua importância como fonte histórica e sua pertinência aos estudos **que dialogam com a memória**.

² O programa de história oral Garimpendo Memórias é desenvolvido desde 2002 pelo Grupo de Estudos em Esporte, Cultura e História (GRECCO). Em 29 de novembro de 2020 possui 922 entrevistas realizadas, sendo que 690 estão disponíveis on-line. Desde agosto de 2019 o projeto é realizado em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Para acessar dados sobre o projeto, as entrevistas e as publicações, ver: <http://www.garimpendomemorias.univasf.edu.br/>.

³ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>>. Acesso em: 10 jan 2021.

⁴ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 jan 2021.

⁵ Aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS sob o número 2007710 em outubro de 2007. Apoiado pelo CNPq e pelo Ministério do Esporte.

A inserção, a partir de 2011, de parte do acervo no Repositório Digital da UFRGS⁶ foi determinante para a adesão do CEME ao movimento de acesso livre à informação científica, entendido como a disponibilização gratuita na internet de literatura acadêmica ou científica, possibilitando a qualquer pessoa ler, fazer *download*, copiar, imprimir, pesquisar ou referenciar (*link*) o texto completo dos documentos (RODRIGUES, 2005).

Ao longo de sua existência e considerando a especificidade de pertencer a uma universidade pública que opera com o ensino, a pesquisa e a extensão, a equipe do CEME foi composta majoritariamente por pessoas com formação em Educação Física. Contou também com a colaboração de estudantes de outras áreas do conhecimento, além de funcionárias ligadas à biblioteca setorial da ESEFID e de servidoras técnico-administrativas da instituição.

No ano de 2012, a equipe do CEME contava com uma bolsista do curso de Museologia, que apontou a necessidade de produzir o arrolamento geral⁷ do acervo, seguindo os critérios específicos da Museologia ou Arquivologia⁸. Até então, havia uma listagem de grande parte das peças que o integram, no entanto, sem seguir muitos critérios padronizados de identificação. A ideia do arrolamento ganhou força porque serviria também para a tomada de decisões sobre os itens que seriam inseridos no Repositório Digital, visto que, em função do tamanho do acervo e de sua diversidade, não haveria condições de disponibilizá-lo na íntegra. Foram registradas nesse arrolamento as seguintes informações: número de registro, nome da peça/objeto/documento/imagem, localização dentro do acervo, suporte/material, coleção, doador/a, data da doação, data da peça, dimensões, observações (informações adicionais consideradas relevantes). Para tanto utilizamos uma tabela de Excel⁹ e trabalhamos primeiro com os documentos/objetos das coleções menores.

Concomitantemente a esse processo, passamos a ter algumas dificuldades com relação ao volume das coleções, pois o espaço físico do CEME não suportava mais a incorporação de novos materiais, criando, portanto, a demanda por documentos que pautassem a organização do acervo, assim como sua política de aquisição e descarte. Ao iniciarmos o arrolamento, percebemos a necessidade de dispensar alguns materiais

⁶ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 jan 2021.

⁷ Para Padilha (2014, p. 41), o arrolamento “É o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico. Refere-se a um primeiro reconhecimento detalhado”.

⁸ Também utilizamos como referências: Beck (1991), Bellotto (2015), CIDOC (2014), Ferrez (1994), Ladkin (2004), Linhales e Nascimento (2013), Paes (2006), Teixeira e Ghizoni (2012).

⁹ Software da Microsoft para composição de tabela e gráficos.

porque não eram relevantes, eram repetidos ou estavam deteriorados. Para tanto, buscamos informações junto à Rede Museus da UFRGS, ao Curso de Museologia¹⁰ e a outros Centros de Memória da Educação Física. A partir dos contatos estabelecidos, decidimos organizar um documento que tratasse de uma política de aquisição e descarte, e para isso montamos uma comissão responsável pela sua elaboração¹¹. Esse documento foi incorporado à política de acervos (item 5 - Incorporação e Descarte) no qual estão explicitados os critérios adotados para tais ações, conforme descrito próxima seção deste texto. Assim como o documento de políticas, esses critérios servem para direcionar publicamente o que é incluído e excluído do acervo¹².

Em 2013, finalizamos a primeira versão do documento e o submetemos para revisão por meio de reuniões da comissão, nas quais discutíamos cada item que havíamos detalhado. Inicialmente focalizamos a missão do CEME e a delimitação temática de cada coleção. Em seguida, fizemos o levantamento do espaço físico, dos equipamentos disponíveis e dos acervos de cada coleção. Finda essa etapa, em novembro de 2014, implementamos uma nova rodada de reuniões, nas quais pautamos os critérios para aquisição e descarte de acervos.

A revisão do texto inaugural possibilitou que demarcássemos outros temas relacionados à organização e à documentação do acervo, tais como a definição dos modos de registro (arrolamento, tombamento e catalogação) e de preservação (armazenamento, rotinas e condutas). Nessa etapa elaboramos modelos e fluxogramas para uma melhor compreensão da execução desses procedimentos. Além disso, criamos orientações para as atividades rotineiras de preservação, estipulando prazos para o cumprimento das tarefas de limpeza e de manutenção dos itens do acervo.

Destacamos aqui o entendimento de “preservar”, que sucintamente se trata da “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135). Também entendemos que:

Preservar significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela

¹⁰ Duas integrantes da equipe do CEME cursaram, em 2013 a disciplina de Sistemas de Informação e Documentação Museológica ofertada pela professora Ana Carolina Gelmini de Faria. Os conteúdos abordados foram determinantes na produção do documento de políticas do CEME.

¹¹ A comissão foi composta por Silvana Vilodre Goellner (coordenadora do CEME), Ana Carolina Gelmini de Faria (professora do curso de Museologia), Christiane Garcia Macedo (doutoranda em Ciências do Movimento Humano) e Carina Kaiser Miranda da Silva (estudante de Museologia) e contou com a colaboração de Leila Carneiro Mattos (servidora técnico-administrativa vinculada ao CEME).

¹² Para mais informações sobre a função e importância da política de incorporação e descarte sugerimos ver: Vial (2017), Luna (2011) e Rocha (2013).

reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação. Na museologia, a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração. Em geral, a preservação do patrimônio conduz a uma política que começa com o estabelecimento de um procedimento e critérios de aquisição do patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio, cuja continuidade é assegurada com a gestão das coisas que se tornaram objetos de museu, e finalmente com sua conservação. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 79).

Assim, ao relacionar esses temas do texto inaugural com as especificidades do acervo do CEME, emergiu uma constatação: os itens que o integram caracterizavam-se não apenas como documentos museológicos, mas, sobretudo arquivísticos¹³, e estes demandavam outra forma de processamento. Nesse sentido, buscamos subsídios para entender como instituições museológicas e arquivísticas¹⁴ tratavam seus acervos e reformulamos novamente o documento para contemplar essa característica, etapa que foi completada em meados de 2016. O aspecto específico dos arquivos que demandou maior esforço da equipe em relação aos processos de documentação do acervo foi a questão dos arranjos arquivísticos. Ao acatarmos a asserção de que esse “processo de ordenação dos fundos das séries e dos itens documentais (classificação)” (LOCKS, CHANEM, 1986, p. 7), traz organicamente uma relação entre os documentos de um conjunto com a mesma proveniência, aprofundamos estudos sobre o acervo no sentido de agrupar os itens considerando sua origem.

Passamos então a discutir uma nova versão do documento e, simultaneamente, colocar em operação alguns dos procedimentos apontados. Nesse processo, fizemos a capacitação das pessoas que estariam envolvidas diretamente no manejo dos acervos, assim como iniciamos o seu tombamento e a reorganização de algumas coleções, seguindo o plano de ação que havíamos definido como a política a ser seguida. Efetivadas as primeiras experiências que foram retroalimentadas por meio de avaliação e discussões sobre cada etapa projetada, em 2017, a comissão entendeu que o documento de Políticas de Acervo do CEME atendia às demandas de organização,

¹³ Museus, arquivos e bibliotecas são considerados as “três marias” (SMIT, 1993) das Ciências da Informação. O International Council of Museums considera como museu: “uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2015). No Brasil, a Lei 8159 de 1991 define como arquivo: “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, 1991).

¹⁴ Os documentos consultados foram: Fundação Joaquim Nabuco (2010), Museu de Astronomia e Ciências Afins (2011), Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (2011), Museu do Traje (2006) e a Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura (2003).

gerência e desenvolvimento de coleções. Assim, com o objetivo de visibilizar o trabalho da instituição e orientar possíveis doadores e colaboradores, o documento foi tornado público por meio de sua publicação no LUME – Repositório Digital da UFRGS¹⁵.

Durante os três anos de construção da Política nos deparamos com algumas dificuldades para além das decisões apontadas anteriormente. A primeira delas é que o CEME, apesar da sua visibilidade e expertise, caracteriza-se como um projeto de extensão. Ou seja, como várias outras iniciativas semelhantes localizadas em instituições universitárias, não é institucionalizado. Seu funcionamento, em grande medida, foi garantido pelo financiamento dos projetos de pesquisa de sua coordenadora¹⁶, os quais viabilizaram a formação da equipe, majoritariamente composta por estudantes de graduação e pós-graduação.

A demanda de atividades de seus integrantes tornou o processo moroso na medida em que não eram pessoas atuando especificamente na organização do acervo. Todo o trabalho feito nessa direção foi voluntário e acrescido a outras iniciativas, como a organização de eventos e de exposições, a produção de pesquisas individuais e coletivas e o cumprimento das disciplinas acadêmicas dos seus respectivos cursos de formação. Ainda assim, muitas das orientações presentes no documento norteador da política de acervo do CEME foram cumpridas de modo a tornar mais profissional o trabalho desenvolvido por um projeto não institucionalizado.

Antes de apresentarmos a estruturação do documento, gostaríamos de destacar que este texto busca partilhar uma produção construída a partir da preocupação com a preservação de acervos esportivos de uma universidade pública que tem como um de seus objetivos a produção e difusão de conhecimentos. Em maio de 2019, com a aposentadoria da sua coordenadora, o Centro de Memória do Esporte passou a ser conduzido por uma nova equipe. O texto que apresentamos refere-se, portanto, ao período de produção do documento de políticas e suas primeiras ações, findando no momento em que o CEME passou a ter nova coordenação.

Políticas de acervo do CEME

Feita essa breve descrição sobre a produção do documento, passamos a apresentar sua estrutura e algumas das discussões que contempla, no que diz respeito

¹⁵ Para mais informações, consultar: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194979>>

¹⁶ Silvana Vilodre Goellner esteve à frente do CEME entre março de 2000 e maio de 2019.

aos processos de aquisição e descarte, manejo, organização, preservação, conservação e divulgação do seu acervo.

Considerando o tamanho do texto e os detalhes que contém, não há aqui como descrever todas as decisões e recomendações que registra. Optamos, então, por tecer algumas considerações sobre cada um dos tópicos que o integram com vistas, inclusive, a narrar sua própria produção.

1. Apresentação

Na apresentação do documento está descrita a sua finalidade bem como a motivação que orientou a sua escrita. Ao descrever a política de acervos esportivos de caráter histórico em um dos lugares de memória situado em uma universidade pública, esclarece que sua elaboração foi impulsionada pela necessidade de “dar transparência e respaldo aos processos decisórios, otimizar o trabalho tornando-o mais consciente e direcionado, viabilizar o descarte de acervos não pertinentes à política do CEME, orientar as ações de conservação” (CEME, 2017, p. 7).

Na sequência, destaca o quanto o acervo é significativo, visto que abriga coleções que extrapolam o contexto regional, por ter sido pioneiro no campo da Educação Física e do Esporte dentro das universidades brasileiras¹⁷, o que acabou por fomentar doações de abrangência nacional. O texto introdutório informa ainda sobre a composição da Comissão de Acervos¹⁸ que teve como responsabilidade não apenas produzir subsídios para a escrita do documento, mas acompanhar de modo mais próximo os processos que envolvem a aquisição e o descarte de materiais. No documento sugerimos que esta Comissão revise seu conteúdo a cada cinco anos, visto que os acervos são dinâmicos no que respeita a suas dimensões e às condições estruturais para os abrigar.

¹⁷ Os outros Centros de Memória vinculados à Educação Física nas Universidades Brasileiras que localizamos foram: Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), Centro de Memória Inezil Penna Marinho (CMIPM/UFRJ), Centro de Memória da Educação Física e do Esporte no Nordeste (CEMEFEN/UFPB), Centro de Memória do Departamento de Educação Física (CEMEDEF/UFPR), Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEFEL/UFS), Centro de Memória do Esporte e da Educação Física da Bahia (CEMEEFB/UFBA), Centro de Memória do Esporte e da Educação Física de Juiz de Fora (CEMEEF/UFJF/MG), Centro de Memória da Educação Física e do Esporte (CEMEFE/MT), Memorial da Educação Física e do Esporte (Memorial do CEFD – UFSM/RS), Centro de Memória da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (CEMEFEF/UnB), Centro de Memória, Informação, Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer (CEMIDEFEL/UEL/PR). Também destacamos o Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer (IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho/MG).

¹⁸ Composta pelas mesmas integrantes da comissão que elaborou o documento de políticas de acervo, porém com a perspectiva de atuação mais prolongada nas ações de implementação da política. Essa primeira comissão foi ativa até maio de 2019.

2. Histórico da instituição

Este tópico apresenta o CEME como um lugar de memória, cuja implantação se deu em 1997 com o objetivo de reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, Educação Física, lazer e dança no Rio Grande do Sul e no Brasil. Informa que integra a Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS (REMAM) e está registrado no Sistema Estadual de Museus do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca que, além da recolha, conservação e divulgação dos acervos, desenvolve atividades de integração entre extensão, ensino e pesquisa por meio de produção científica, organização de eventos, “atendimento ao público, exposições, eventos, disciplinas na graduação, seminários na pós-graduação, entre outras” (CEME, 2017, p. 12). Dentre essas atividades, destaca-se o programa de História Oral, Garimpado Memórias, e a adesão ao movimento de acesso livre à informação por meio da inserção de parte do acervo no Repositório Digital da UFRGS.

3. Estrutura e equipamentos

Neste tópico são apresentados a localização do CEME, a descrição de sua estrutura física e o detalhamento de todos os equipamentos que abriga. Situado no Campus Olímpico da UFRGS, o Centro dispõe de três salas (reserva técnica, de trabalho e da coordenação), totalizando aproximadamente 70 metros quadrados. São mencionadas a disposição de cada espaço, assim como as suas condições de preservação. Há o desenho da planta baixa e a descrição de todos os móveis e equipamentos que estão alocados em cada uma das salas. Essa descrição ajuda no entendimento sobre a restrição de novas doações ao CEME, tanto pela questão espacial, quanto pela limitação técnica. Foi importante para que as tomadas de decisão presentes no documento fossem mais conscientes e realistas.

4. As coleções

Neste item estão descritos vários aspectos relativos à constituição das coleções. Para tanto, foram utilizados conhecimentos das áreas de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia, pois, embora não se sabendo o número exato de itens do acervo (mais de 20.000), projetamos uma estimativa de que era composto por 60% de caráter

documental, incluindo periódicos, 20% tridimensional, 15% iconográfico e 5% audiovisual.

O CEME abriga dez coleções, algumas das quais também são compostas por acervos específicos, oriundos de fundos pessoais. O critério para a constituição de uma coleção foi prioritariamente por aproximação temática. São elas: 1) Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte¹⁹; 2) Dança; 3) Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 4) Educação Física e Esporte; 5) Futebol Feminino; 6) Movimento de Estudantes de Educação Física²⁰; 7) Olímpica²¹; 8) Projetos Sociais²²; 9) Recreação e Lazer e 10) Universidade 1963²³.

Cada coleção²⁴ teve sua descrição (limites temporais e geográficos), procedência e história registradas sinteticamente no documento. Percebemos, ao longo do trabalho, que a ordem original de alguns conjuntos documentais foi perdida, o que demandou várias pesquisas para tentar reconstruir um maior número de informações possíveis sobre sua produção.

As coleções possuem seis formatos específicos. O acervo audiovisual comporta vídeos e materiais sonoros (filmes, *slides*, videoconferências); o acervo de depoimentos contempla entrevistas realizadas para o Projeto Garimpando Memórias ou cedidas por outros/as pesquisadores/as; o acervo documental engloba uma série ampla de documentos com diferentes características, desde álbuns, recortes com anotações, livros e correspondências, até materiais de divulgação de atividades e eventos; o acervo iconográfico apresenta imagens, entre elas, fotografias, desenhos, pinturas, adesivos; o acervo tridimensional contempla objetos do vestuário, medalhas, troféus, pastas, flâmulas, entre outros; e o acervo de periódicos é composto por revistas e boletins informativos com publicações periódicas.

Feita a descrição das coleções, destacamos o quão relevante é ter conhecimentos oriundos da Arquivologia, como o arranjo das coleções e o princípio da proveniência²⁵ de novas coleções.

¹⁹ Entidade científica que congrega pesquisadores/as ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte.

²⁰ Contém prioritariamente materiais da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF).

²¹ Boa parte desta coleção foi doada pelo médico, colecionador e entusiasta do esporte, Dr. Henrique Licht.

²² Coleção vinculada prioritariamente aos programas Segundo Tempo (PST) e Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

²³ Edição dos Jogos Mundiais Universitários, ocorrida em Porto Alegre no ano de 1963.

²⁴ Referente ao item 4 do documento.

²⁵ Segundo Burke, esse princípio é proposto nos anos 1850, por Francesco Bonaini, superintendente dos arquivos da Toscana (BURKE, 2012). Esse princípio diz que os documentos devem ser organizados de forma mais próxima possível a sua produção. Para Bellotto: “É o princípio pelo qual as relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. É a qualidade segundo a qual os arquivos

5. Incorporação e descarte de acervo

Um dos tópicos que demandaram mais discussões recaiu na política de incorporação e descarte de materiais. Para tanto, nos subsidiamos na ideia de que não é necessário nem possível salvaguardar tudo o que é ofertado para o abrigo do CEME. Descrevemos ainda os modos de procedência dos materiais que além de doações, a grande maioria passou a integrar o acervo por meio de permuta²⁶, transferência, compra e legado. Elegemos como critérios de incorporação:

- Pertencer às temáticas e limites temporais e geográficos delimitados no item 4 deste documento;
- Ter relevância para processos museográficos e/ou para pesquisa acadêmica;
- Possuir tamanho, volume ou quantidade condizente com o espaço suportado pela atual Sala de Reserva Técnica, observando a capacidade de armazenamento, conservação e segurança dos itens contidos no acervo;
- Estar em bom estado de conservação para que viabilize pesquisas e condições de salvaguarda em estado satisfatório para que possa ser preservado. Para tanto, é fundamental que o item tenha condições de ser tratado considerando os conhecimentos e a infraestrutura do CEME;
- Ter documentação de doação e permissão para divulgação em vários suportes, em especial, no LUME – Repositório Digital da UFRGS ou ter a possibilidade de preencher essa documentação;
- Ter sido legalmente obtido pelo proprietário que fará a doação;
- Não ter restrições de uso. O acervo deve ser doado na íntegra, para que possa ser disponibilizado em diferentes mídias: exposições, repositório digital, *banners*, etc.
- Não ter em duplicata no acervo (CEME, 2017, p. 21-22).

Em relação ao descarte, a discussão foi ainda mais delicada porque é difícil avaliar e considerar um documento como fora do âmbito temático ou ainda como capaz de promover algum dano (inclusive físico) às coleções. Considerando a especificidade do acervo do CEME, a experiência já adquirida pela equipe no seu manejo e também as informações pesquisadas em documentos produzidos por museus e arquivos, definimos os seguintes critérios:

- Oferecer perigo de contaminação (ataques biológicos ou físicos) para outros acervos já presentes na reserva técnica;

espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (2014, p. 4).

²⁶ Troca de materiais.

- Os documentos não originais como xerocados, recortes de jornais que possuem várias fontes de consulta acessíveis aos pesquisadores e público em geral poderão ser descartados, mantendo aqueles que sejam importantes para pesquisa;
- Possuir outro local que tem sua guarda assegurada como: arquivos de jornais, revistas, livros difundidos, etc.;
- Estarem incompletos, dissociados das coleções ou fontes de pesquisa;
- Demandar custos com restauro acima do previsto e aceito antes da doação; e essa demanda ser primordial para a segurança dos demais acervos;
- Apresentar-se sem condições de uso e possibilidade de recuperação das informações (mídias obsoletas);
- Estar vinculados a disputas judiciais em andamento;
- Ter proveniência ilícita;
- Não ser possível sua conservação pelas possibilidades de infraestrutura do CEME (CEME, 2017, p. 23-24).

Por fim, interessa informar que estabelecemos esses critérios a partir do acervo que já existia, visto que já tínhamos a responsabilidade sobre ele. Preservá-lo com qualidade foi tomado como uma prioridade antes de se ampliar as coleções.

6. Organização e documentação do acervo

O tópico contém informações técnicas mediante a apresentação de todos os documentos que são tomados como modelos para a organização da documentação, além da descrição de rotinas, protocolos e condutas. Dentre elas, destacamos os seguintes procedimentos: incorporação, descarte, empréstimos a outras instituições, recebimento de empréstimos, organização física do acervo, organização de exposições, organização para inserção no repositório, organização do arquivo do CEME. Os principais procedimentos são sintetizados na forma de organograma, aos moldes das imagens abaixo:

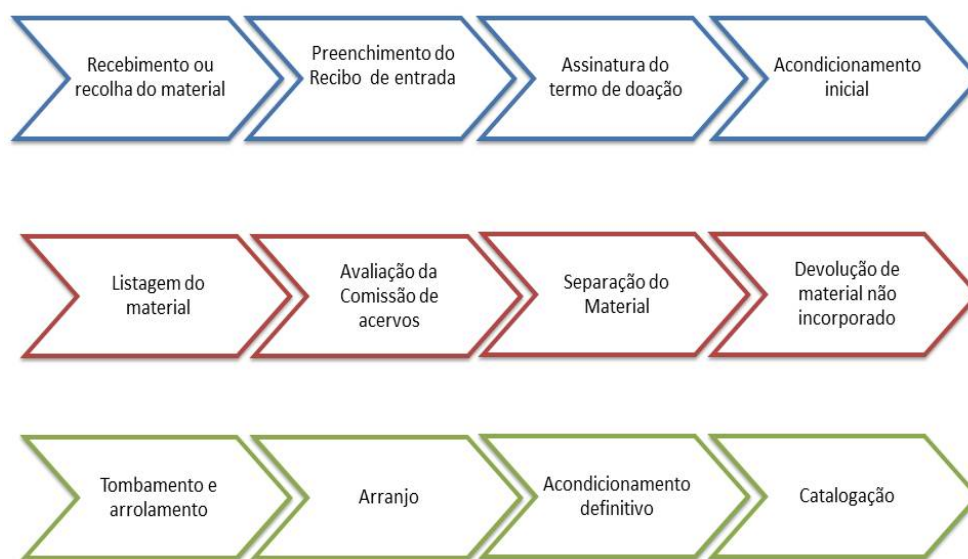


Figura 1 – Organograma de incorporação do CEME. Fonte: Comissão de preparação do Documento de Políticas.

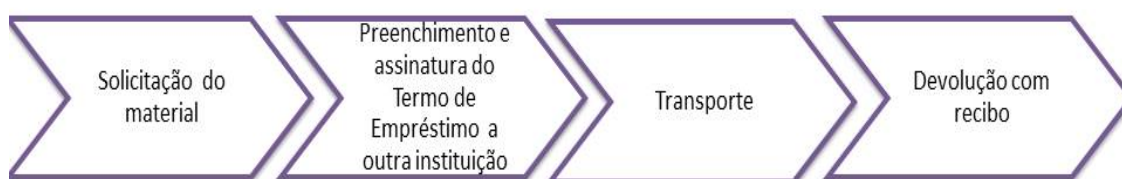


Figura 2 – Organograma de empréstimo para outras instituições. Fonte: Comissão de preparação do Documento de Políticas.

Para elaborar os procedimentos e condutas, seguimos as recomendações museológicas e arquivísticas e todos os modelos foram inseridos nos apêndices do documento.

7. Conservação e condutas

A continuidade dos processos descritos no item anterior é aqui abordada com ênfase nas rotinas para conservação do acervo, especialmente em relação à higienização e ao acondicionamento. Considerando que o CEME não contava com profissionais ou equipe especializada em conservação, as atividades descritas no documento foram embasadas em consultas à bibliografia especializada e aos profissionais da UFRGS com experiência em documentação, conservação e preservação.

Consideramos pertinente pormenorizar o modo como as pessoas da equipe devem acessar a sala da técnica, seja para higienizar e acondicionar materiais, seja

para catalogar e pesquisar. Além disso, elaboramos uma normativa para as pessoas que desejam pesquisar o acervo, instituindo protocolos desde o momento de marcação de uma visita até o acesso, registro e a citação do material consultado.

8. Plano de ação

Neste item, esboçamos um plano de ação que seria efetivado até 2022, cinco anos após a finalização desta versão. Levando em consideração o trabalho que já tinha sido efetivado até a produção do documento de políticas e as condições e infraestrutura do CEME, a prioridade foi conferida à reorganização e documentação de cada coleção. Para tanto, iniciamos o trabalho com as coleções de menor parte até as mais volumosas. Dentro de cada coleção seguimos também uma ordem, iniciamos com os materiais tridimensionais e, na sequência, os audiovisuais, os documentais, os periódicos e, por fim, os iconográficos.

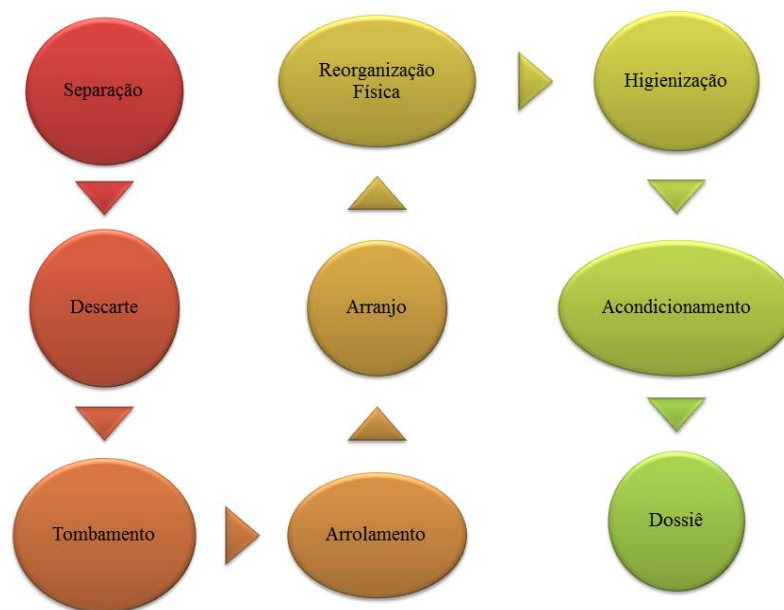


Figura 3 – Organograma do plano de ação para Acervo Físico. Fonte: Comissão de preparação do Documento de Políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção de um documento norteador do trabalho realizado pelo CEME foi determinante para a sua organização e, inclusive, para o entendimento do que representa um lugar de memória. O trabalho interdisciplinar se mostrou extremamente produtivo, seja porque contribuiu para a tomada de decisões de ordem

técnica, seja porque ampliou nosso olhar sobre o próprio acervo, cuja diversidade e dimensão são extremamente importantes para a memória esportiva brasileira. Como já foi abordado em texto anterior (GOELLNER, 2003), o acervo do CEME possibilita a realização de diversas ações educativas e culturais que valorizam o conhecimento histórico. Sua diversidade e relevância é conferida por abrigar peças significativas, algumas raras, como, por exemplo, a primeira uma medalha olímpica conquistada pelo Brasil²⁷. A incorporação de fundos provenientes de acervos específicos oriundos de coleções pessoais e institucionais deu ao CEME notoriedade em termos da qualidade dos itens que preserva e disponibiliza para acesso.

Não temos nenhuma dúvida de que o CEME abriga preciosidades e essa compreensão se traduziu em compromisso político com a elaboração da sua Política de Acervos. Ao nos propormos a organizar seu fazer cotidiano seguindo as recomendações de áreas especializadas, assumimos o compromisso com a qualidade do trabalho desenvolvido em uma universidade pública, cujos produtos e serviços são de acesso gratuito a quem desejar. A oportunidade de divulgar o processo de construção do documento e, sobretudo, o próprio documento mostra-se aqui como a partilha de uma experiência que exigiu muito estudo e dedicação. Que a política de acervo aqui relatada possa inspirar outros lugares de memória assim como os novos caminhos adotados pela equipe que assumiu a instituição na qual este documento se originou.

Referências

- ALBERTI, Verena. *História oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 13/02/2021.
- BECK, Ingrid (Coord.). *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: ACAN, 1991.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido os arquivos. In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ, 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diarq/index.php/2014/05/08/confira-a-fala-da-professora-heloisa-bellotto-no-i-ciclo-de-palestras-da-diarq/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.159. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 12 fev. 2021.

²⁷ Medalha conquistada pela equipe de tiro nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, realizados em 1920. Sobre as especificidades dessa medalha, sugerimos ler o texto: Macedo, Dickel e Goellner (2016).

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento - II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CENTRO DE MEMÓRIAS DO ESPORTE (CEME). *Política de Acervos*. ESEFID-UFRGS: Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194979>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CIDOC. *Diretrizes internacionais de informação sobre objeto de Museus: categorias de informação do CIDOC* [Subject Depicet Information Group]. P. 31-88. Disponível em: <https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines>. Acesso em: 13 fev. 2021.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, n. 5, p. 314-322, 2002.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Cadernos de Ensaios*, nº 2. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro, Minc/ Iphan, 1994, p. 64 – 73.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Política de acervo: manual de gerenciamento e uso*. Recife: 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Informação e documentação em esporte, Educação Física e lazer: o papel pedagógico do centro de memória do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 1, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Locais de Memória: histórias do esporte moderno. *Arquivos em Movimento*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-86, jul./dez. 2005.

ICOM. *Definição: Museu*. 2015. Disponível em: <<https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>. Acesso em 13 fev. 2021.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. In: BOYLAN, Patrick J. (Ed.). *Como gerir um museu: manual prático*. França: ICOM, 2004. p.17-32. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LINHALES, Meily Assbú, NASCIMENTO, Adalson (Org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LOCKS, Ana Lúcia Cotinho; CHANEM, Valéria Gouvêa. Arranjos em Arquivo Público. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 2, n. 4, p. 5-12, 1986.

LUNA, Maria Isabel Soares de - *Incorporação e desincorporação em museus: história, realidade e perspectivas futuras*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/3129>](http://hdl.handle.net/10071/3129). Acesso em: 13/02/2021.

MACEDO, Christiane Garcia; DICKEL, Fúlvio; GOELLNER, Silvana Vilodre. A MEDALHA OLÍMPICA DE DARIO BARBOSA: UMA HISTÓRIA A PARTIR DO OBJETO. *Corpoconsciência*, p. 29-38, 2016.

MANVR. *Política de incorporações do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real*. Vila Real: MANVR, 2011.

MAST/ COPAD. *Política de aquisição e descarte de acervos Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro: MCTI, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos*,

patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp; FAPESP, 1999. p. 11-30.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília, DF: MinC/ IPHAN/ DEMU, 2003.

MUSEU DO TRAJE. *Regulamento de política de incorporação dos bens culturais no Museu do Traje* (Proposta). Lisboa, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. *Florianópolis: FCC*, 2014. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museologica_1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro, BARROS, Maria Helena T. C. (orgs.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009, p. 31-44.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

ROCHA, Poliana Ferreira. *Coleção Stella Maris da Casa da Cultura da América Latina: análise da aquisição e do descarte* (2001-2013). 2013. 111 f. Monografia (Bacharelado em Museologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/6725>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, 1993.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Florianópolis: FCC, 2012.

VIAL, Andréa Dias. Aspectos de uma política pública para museus no Brasil. *Políticas Culturais em Revista*, v. 10, n. 2, p. 167-187, 2017.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp. In: Faria Filho, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 63-74.

Data de recebimento: 26.02.2021

Data de aceite: 16.03.2021